

32º Encontro Anual da Anpocs
27 a 31 de outubro
Caxambu, MG

GT14 – Desigualdades: produção e reprodução

Desigualdade racial e de classe entre as mulheres chefes de domicílio e a reprodução da desigualdade entre crianças e adolescentes

Maria Salet Ferreira Novellino
João Raposo Belchior

1. Introdução

Este estudo foi realizado com o propósito de analisar a desigualdade racial e de classe entre as mulheres chefes de domicílio bem como a reprodução dessa desigualdade entre as crianças e adolescentes que residem nesses domicílios. Domicílios chefiados por mulher tornaram-se objeto de estudo devido ao acúmulo de evidências de que eles estavam entre os domicílios mais pobres e de que seu número vinha aumentando ao longo dos anos. Um dos estudos mais representativos foi o desenvolvido por Pearce (1978), que cunhou o conceito 'feminização da pobreza' e atribuiu este fenômeno ao aumento no número dos domicílios chefiados por mulher entre a população pobre. Dessa forma, o estudo de Pearce (1978) e aqueles que lhe seguiram no tempo voltaram-se para as conseqüências da ausência de um homem provedor para as mulheres e seus filhos e que conduziriam à feminização da pobreza e à transmissão intergeracional da pobreza.

Buvinic e Gupta (1997:261-262) atribuíram o aumento no número dos domicílios chefiados por mulher aos seguintes fatores:

(1) Migração masculina, resultando no abandono de mulheres e filhos no lugar de origem; ou migração feminina e a criação de domicílios no lugar de destino. (2) Divórcio ou separação e aumento da natalidade entre adolescentes solteiras. (3) Erosão dos sistemas de famílias estendidas e de redes tradicionais de apoio, que acolhiam mães solteiras e viúvas. (4) Guerras e conflitos civis, os quais resultam num número maior de mulheres nas populações nativas ou refugiadas.

De acordo com UN (1984:6-7), há três tipos de domicílios chefiados por mulheres: (a) domicílios unipessoais com uma mulher; (b) domicílios onde há somente mulheres e crianças e nenhum adulto do sexo masculino; (c) domicílios onde há homens, mas, devido à invalidez, desemprego, alcoolismo ou outros fatores, uma mulher é a principal provedora.

Pearce (1978:28) voltou-se exclusivamente para o segundo tipo e definiu famílias chefiadas por mulher como "aquelas famílias nas quais há somente adulto do sexo feminino e nenhum adulto do sexo masculino". De acordo com Garfinkel e McLanahan (1986), famílias chefiadas por mulher "têm maior probabilidade de serem pobres ou de experimentarem mudanças drásticas em sua renda do que outras famílias e ...os filhos de mães solteiras têm menor probabilidade de alcançarem sucesso como adultos do que aqueles criados em famílias nucleares". Estes mesmos autores, de modo similar a Pearce

(1978), têm atribuído este fato aos seguintes fatores: baixa capacidade de ganho das mulheres; falta de apoio aos filhos por parte dos pais após a separação; e os escassos benefícios dados pelos programas de transferência de renda.

Seguindo Pearce (1978), tomamos como objeto exclusivamente os domicílios chefiados por mulher onde não havia nenhum outro adulto presente e havia crianças e adolescentes vivendo no mesmo domicílio. Os dados que analisamos sobre esses domicílios foram extraídos do Censo Demográfico 2000.

Inicialmente, distribuímos os domicílios chefiados por mulher por quintil de rendimento. Inferimos que havia uma forte concentração de domicílios chefiados por mulher no quintil mais pobre. Inferimos também que havia uma proporção (ainda que pequena) de domicílios chefiados por mulher com rendimento alto.

Em geral, os estudos sobre feminização da pobreza comparam os domicílios chefiados por mulher com aqueles chefiados por homens, isto porque este fenômeno é entendido como consequência de mudanças na estrutura familiar. Já nós, optamos por comparar os domicílios chefiados por mulher mais pobres com aqueles mais ricos, pois acreditamos que a ausência do homem provedor pode afetar negativamente os domicílios mais pobres, mas não necessariamente os chefiados por mulheres com renda mais alta. Para nós, a chefia feminina não conduz necessariamente à pobreza ou a uma pobreza ainda maior. As chefes-mulheres que são pobres, o são por seu baixo capital humano, que lhe impedem de alcançar autonomia econômica. As desigualdades entre as mulheres chefes brasileiras e seus filhos refletem as desigualdades social e de classe da sociedade brasileira.

Pela comparação entre esses dois grupos de mulheres-chefes procuramos medir e explicar, através da análise de dados sócio-demográficos, a desigualdade racial e de classe entre as mulheres chefes de domicílio e a reprodução dessa desigualdade entre as crianças e adolescentes que residem nesses domicílios.

2. Feminização da pobreza

Stallard et al. (1983:51) apud Gimenez (1999:338-339) caracterizaram a feminização da pobreza como um resultado direto da dupla jornada das mulheres: como força de trabalho não remunerado no próprio domicílio e força de trabalho de baixa remuneração, como consequência do primeiro. A pobreza aumentou ainda mais, segundo os autores, pelo aumento nas taxas de divórcio e no número de mães-solteiras.

Pearce (1978) considera a feminização da pobreza como resultado de mudanças na estrutura familiar, as quais conduziram as mulheres a assumir, sozinhas, a função de provedoras do domicílio. Ela explorou dois aspectos da feminização da pobreza: (1) a função das diferentes fontes de renda (salário e transferência pública e privada) na condução das mulheres à pobreza, e (2) a função do sistema de bem-estar social na perpetuação das mulheres na pobreza. (Pearce 1978:28)

Estas diferentes fontes de renda e as razões pelas quais elas podem levar à feminização da pobreza estão descritas abaixo.

2.1. Renda de salário

De acordo com Pearce (1978), que analisou dados do U.S. Census Bureau, as mulheres encontravam-se ainda em posição inferior no mercado de trabalho urbano: dentro de guetos ocupacionais, a demanda por mão-de-obra barata e a demanda por trabalho feminino tornaram-se sinônimos. As mulheres encontravam-se concentradas em algumas poucas ocupações: indústrias têxteis e eletrônicas, bancos e escritórios e serviço doméstico. Quanto maior a porcentagem de trabalhadoras numa ocupação, menor o salário médio da mesma.

As funções reprodutivas são o principal impedimento para uma melhor inserção das mulheres no mercado de trabalho. Isto significa que a inserção e manutenção das mulheres no mercado de trabalho não podem ser tratadas sem considerar equipamentos sociais para cuidados de crianças, porque sem estes, há uma maior probabilidade das mulheres abandonarem a força de trabalho. Devido a suas funções reprodutivas, seus empregadores tendem a ver o seu trabalho como temporário ou secundário e sua casa e família como seus principais compromissos. Como resultado, os salários das mulheres são menores do que os dos homens, bem como é menor a probabilidade de que se beneficiem de treinamento e seguro social. Além disso, “as mulheres apresentam maiores taxas de desemprego e precisam esperar maiores períodos de tempo entre empregos”.(Pearce 1978:30)

2.2. Transferência privada de renda

A maior parte das transferências privadas realizadas vem da própria família: os maridos dão a suas esposas uma parte de seus salários para pagar as despesas da casa e dos filhos. No caso de divórcio ou separação, os pais ficam obrigados a pagar pensão

alimentícia para seus filhos. Entretanto, entre as famílias pobres, a probabilidade dos mesmos transferirem parte de suas rendas depois do divórcio ou separação é muito baixa.

2.3. *Transferência pública de renda*

Transferências públicas incluem todas as rendas não-salariais recebidas do Estado e podem ser divididas em dois tipos básicos: aquela que é recebida como consequência da participação na força de trabalho, e aquela que é recebida como programa de renda mínima, independente de participação prévia no mercado de trabalho. (Pearce 1978:31)

Quanto aos benefícios relacionados à participação no mercado de trabalho, as mulheres estão, geralmente subrepresentadas entre as beneficiárias, e estão ainda menos representadas em valor recebido. Um grande número de mulheres não tem direito de receber seguro-desemprego, porque há determinadas ocupações que estão excluídas do mesmo, tal como trabalho doméstico, que é desempenhado quase que exclusivamente por mulheres. Muitas mulheres não têm o direito ao seguro social devido ao caráter temporário, parcial e/ou informal de seus empregos.

No caso das mulheres chefes de família, a mais importante transferência pública de renda que não está condicionada a uma participação prévia na força de trabalho é o programa de renda mínima, no qual as mulheres irão, provavelmente, receber menos do que necessitam para sobrepujar a condição de pobreza. Pearce (1978) analisou a contribuição do programa estadunidense *Aid to Families with Dependent Children* (AFDC) na perpetuação das mulheres e de seus filhos em situação de pobreza, o qual foi fortemente criticado por pesquisadores e planejadores estadunidenses que argumentavam, de um lado, que este Programa estaria estimulando nascimentos fora do casamento e divórcios; e por um outro lado, que o valor do benefício não iria jamais permitir que as mulheres e seus filhos pudessem sobrepujar a condição de pobreza. (Garfinkel e MacLanahan 1986)

3. Feminização da pobreza: uma breve revisão da literatura

Acima, apresentamos as principais questões no que tange à feminização da pobreza tais como estabelecidas por Pearce (1978). Nesta parte do trabalho, vamos mostrar como o tema tem sido desenvolvido através de alguns estudos mais representativos, os quais são brevemente descritos abaixo. Incluímos somente estudos que concluíram pela existência de um processo de feminização da pobreza; embora estejamos cientes de que alguns estudos tenham chegado a conclusões diferentes.

Como foi dito previamente, os estudos sobre feminização da pobreza tiveram início com Pearce (1978) nos Estados Unidos. Mais tarde, assim como ela, Herring et al. (1993:56) concluíram que “estava havendo [nos Estados Unidos] um forte crescimento na porcentagem de famílias pobres chefiadas por mulher –de 35% em 1968 para 53% em 1988”.

McLanahan e Kelly (1999:134) examinaram as tendências das taxas de pobreza para mulheres e homens nos Estados Unidos entre 1950 e 1996. Eles concluíram que “ocorreu uma dramática feminização da pobreza entre 1950 e 1970, entre todos os grupos de idade e entre ambos brancos e negros... Para a população como um todo, a feminização da pobreza atingiu seu ponto máximo em 1970 entre brancos e em 1980 entre negros”.

No que diz respeito a mudanças nos programas de transferência de renda, esses autores dizem que (1999:139)

Se uma família que se qualifica para o benefício consegue aumentar sua renda (de outras fontes) o suficiente para se posicionar acima da linha de pobreza, a família não mais se qualifica para o benefício. De fato, os limites para a elegibilidade são geralmente definidos abaixo da linha de pobreza, de modo que as famílias podem ser cortadas dos programas mesmo que sua renda esteja abaixo da linha de pobreza.

De acordo com Bianchi (1999:312) havia evidências de que a pobreza estava aumentando e concentrava-se em famílias chefiadas por mulher nos Estados Unidos. Estas evidências mostraram que o número de pessoas vivendo neste tipo de família aumentou bem como a proporção dos pobres que estavam nestas famílias. Na sua opinião,

se a pobreza das famílias feminizou-se, pode ser ou porque os riscos de residir na pobreza têm aumentado relativamente mais nas famílias chefiadas por mulher do que em outros tipos de família ou porque a composição do grupo de famílias chefiadas por mulher tornaram-se aqueles mais vulneráveis à pobreza (i.e., jovens mães-solteiras).

Nos anos 90, estes estudos começaram a ser realizados também nos países em desenvolvimento. Dos vários que foram realizados, Buvinic e Gupta (1994) analisaram 61 estudos realizados na África, Ásia e na América Latina e Caribe, de modo a responder às seguintes questões: (1) se os domicílios chefiados por mulher estavam sobrerrepresentados entre os domicílios pobres e as conseqüências para os filhos; (2) se tomar como alvo domicílios chefiados por mulher seria uma estratégia efetiva antipobreza em termos de custo. Trinta e oito dos 61 estudos chegaram à conclusão que domicílios chefiados por mulher estavam sobrerrepresentados entre os pobres. Outros quinze inferiram que a pobreza

estava associada somente a determinados tipos de chefe mulher. Somente oito não encontraram evidências empíricas de uma maior pobreza em domicílios chefiados por mulher.

Para Rogers (1995), a vulnerabilidade dos domicílios chefiados por mulheres na República Dominicana, era consequência de suas fontes de renda e mostrou que: "Domicílios chefiados por mulher ou por homem são praticamente iguais quando os distribuimos por classes de despesa *per capita*, mas as fontes de renda do domicílio são radicalmente diferentes nos dois tipos de domicílio". (Rogers 1995:2037)

Esta autora nomeou as categorias de renda como: (a) salários, (b) renda de negócios, (c) renda de aluguel, (d) pensão e seguro social, (e) interesses e dividendos, e (f) transferências que incluem doações de membros família vivendo fora de casa. Ela concluiu que, como as mulheres chefes são mais dependentes de (d) e (f), elas são mais vulneráveis à pobreza do que os homens chefes.

Barros et al. (1997) analisaram algumas características e o comportamento de domicílios chefiados por mulher no Brasil urbano. Seus objetivos foram identificar algumas das consequências do aumento deste tipo de domicílio no que diz respeito ao bem-estar dos filhos. Para os autores, uma menor taxa de frequência escolar para os filhos indicava que os filhos estavam em piores condições. Tomar parte na força de trabalho era considerado desvantajoso somente se filhos estivessem trabalhando em detrimento da frequência à escola.

Buvinic e Gupta (1997:267) inferiram, a partir dos estudos que revisaram, que a proporção de crianças e adolescentes dos domicílios chefiados por mulher que trabalhavam era maior do que aquela dos residentes em outros domicílios "com implicações de longo prazo potencialmente negativas para o seu bem-estar".

Novellino (2002) analisou o fenômeno da feminização da pobreza no estado do Rio de Janeiro nos anos 90, considerando famílias com filhos dentro do quintil inferior de renda. Foram analisadas algumas características dos chefes e de seus filhos bem como de seus domicílios. A autora observou que embora a qualidade de vida das famílias mais pobres parecesse ser igualmente desfavorável, independente do gênero do chefe, existiam algumas diferenças que indicavam haver feminização da pobreza, que são: (a) o número de domicílios chefiados por mulher estava aumentando; (b) a proporção de mulheres

desempregadas era muito maior do que dos homens; (c) a média dos anos de escolaridade das mulheres estava aumentando, mas a média dos anos de escolaridade dos homens ainda era mais alta; (d) a proporção de filhos de domicílios chefiados por mulher matriculados na escola era menor do que nos domicílios chefiados por homem.

Nesses estudos sobre feminização da pobreza, se defende a implementação de políticas públicas dirigidas para mulheres chefes de domicílios, tema do nosso próximo tópico.

4. Políticas públicas para mulheres pobres

Os estudos sobre feminização da pobreza estão fortemente associados com a proposição de políticas públicas para mulheres chefes pobres. O que caracteriza este tipo de política é que elas não são voltadas para toda a população nem para todas as pessoas ou mulheres pobres, mas exclusivamente para um tipo de mulheres pobres, as quais representam uma pequena parte da população.

Tomar como objetivo o alívio da pobreza para grupos específicos tornou-se uma prática de estados neoliberais, dada a pressão exercida por organismos tais como o Banco Mundial e o BIRD sobre o Estado para reduzir despesas públicas com saúde e educação, de modo a pagar empréstimos. Desta forma, o Estado esperava aumentar a efetividade em termos de custos de programas e assegurar que a assistência alcançasse os mais necessitados.

A razão para tomar como alvo mulheres chefes é a redução da transmissão da pobreza para a próxima geração porque planejadores estão conscientes que as mulheres tendem a investir mais nos filhos quando são elas as provedoras do domicílio. Dessa forma, mulheres eram preferíveis para serem inscritas como beneficiárias de programas de transferência de renda porque elas iriam gastar mais deste benefício com seus filhos do que os homens o fariam. (Buvinic e Gupta 1997)

Estas políticas podem transferir renda ou podem voltar-se para aumentar a qualificação das mulheres através de treinamento, oportunidade de emprego e equipamentos sociais para cuidados de crianças, de modo a permitir e aumentar a participação das mulheres na força de trabalho. Mas essas políticas podem ser voltadas para os filhos, lançando programas para aumentar a qualificação dos filhos bem como o acesso

dos mesmos a recursos e serviços, de modo a permitir que eles alcancem melhores posições do que seus pais na força de trabalho.

Buvinic e Gupta (1997:275) sugerem que

mulheres chefes de famílias demandam intervenções que são dirigidas especificamente para elas, tais como programas de geração de renda e apoio para cuidados com os filhos bem como políticas afirmativas para impedir discriminação no acesso a mercados e recursos, campanhas de saúde e educação (por exemplo, serviços para adolescentes grávidas), e o estabelecimento de uma efetiva rede social de apoio através de organizações formais ou informais.

Barros et al. (1997:253) concluíram que “as melhores intervenções para a eliminação da pobreza neste grupo seriam aqueles que focalizam na eliminação (1) da discriminação salarial e (2) da segregação ocupacional das mulheres.”

Casper et al. (1994) apud McLanahan e Kelly (1999) examinaram diferenças de gênero em alguns países no que tange à pobreza de modo a verificar se e o que esses países haviam feito para evitar a feminização da pobreza. Os autores inferiram que Itália, Suécia e Holanda têm evitado diferenciais de gênero nas taxas de pobreza por diferentes razões. Estas razões têm a ver com as causas que, de acordo com Pearce (1978) conduzem à feminização da pobreza. Como na Itália as taxas de casamento são muito altas, quase todas as mulheres têm cônjuges, de modo que há pouca diferença na probabilidade dos homens e mulheres viverem na pobreza. Na Suécia, as mulheres têm alta probabilidade de estarem empregadas e há somente uma pequena diferença salarial entre homens e mulheres. Isto provavelmente porque o estado sueco estimulou e protegeu a participação das mulheres no mercado de trabalho. Na Holanda, o número de mães solteiras é alto e a probabilidade de estarem empregadas em tempo integral é baixa, mas as transferências públicas são altas o suficiente para manter essas famílias fora da pobreza.

Depois de apresentar as origens e alguns estudos sobre a feminização da pobreza, apresentaremos, na próxima seção, nossa própria pesquisa sobre feminização da pobreza no Brasil. Como vimos, os estudos que analisamos tratam da feminização da pobreza como uma consequência de mudanças na estrutura familiar, isto é, no aumento dos domicílios chefiados por mulher. Em nosso estudo, apresentamos uma outra abordagem, mostrando a feminização da pobreza como estrutural, consequência das desigualdades de classe e de raça entre as mulheres chefes de família.

5. Dados sobre domicílios chefiados por mulheres no Brasil

Nesta parte do trabalho apresentaremos os principais resultados da pesquisa que realizamos com domicílios chefiados por mulher. Utilizamos dados do Censo Demográfico 2000, do qual extraímos uma amostra de 2.068.081 domicílios chefiados por mulheres, os quais representam 4,9% de todos os domicílios brasileiros. Essa amostra não inclui todos os domicílios chefiados por mulheres, mas somente aqueles chefiados por mulheres com 18 anos ou mais de idade e com a presença de filhos de 0 a 17 anos de idade onde não havia nenhum adulto sexo masculino. De agora em diante, esses domicílios serão chamados de DCM.

5.1. Distribuição de DCM pelos estados brasileiros

É reconhecido que o Brasil é um país com uma grande disparidade regional no que diz respeito à renda e riqueza. Em vista disto, decidimos usar o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) junto com a proporção de DCM para o Brasil bem como para cada estado brasileiro. Nossa hipótese era a de que quanto mais alta a proporção de DCM, pior o IDH.

Tabela 1
Proporção de DCM e IDH por estado brasileiro

Estado brasileiro	Proporção de DCM	IDH
Santa Catarina	4.1	0.822
São Paulo	4.3	0.820
Minas Gerais	4.5	0.773
Paraná	4.5	0.787
Mato Grosso	4.5	0.773
Rio Grande do Sul	4.7	0.814
BRASIL	4.9	0.766
Pará	5	0.723
Espírito Santo	5	0.765
Rio Grande do Norte	5.1	0.705
Rondônia	5.2	0.735
Amazonas	5.2	0.713
Paraíba	5.2	0.661
Rio de Janeiro	5.2	0.807
Mato Grosso do Sul	5.3	0.778
Ceará	5.4	0.700
Goiás	5.4	0.776

Piauí	5.5	0.656
Tocantins	5.6	0.710
Alagoas	5.6	0.649
Bahia	5.6	0.688
Pernambuco	5.7	0.705
Amapá	6.1	0.753
Maranhão	6.1	0.636
Roraima	6.2	0.746
Sergipe	6.2	0.682
Acre	7.1	0.697

Fonte: Censo 2000 e Atlas do Desenvolvimento Humano

De fato, corroborando com a idéia de desigualdade regional há variações entre os estados brasileiros com respeito à proporção de DCM bem como com a posição no IDH. Mais que isso, há uma forte conexão entre a proporção de DCM e a posição no IDH: quanto menor a proporção de DCM, melhor a posição no IDH.

O estado que apresenta uma proporção mais baixa de DCM (4.1%) tem melhor posição no IDH, com o escore de 0.822. O estado com a mais alta proporção desses domicílios (7.1%) apresenta o escore 0.697. O estado com a pior posição -0.636 tem a proporção de 6.1% desses domicílios. O estado brasileiro com o pior IDH apresenta a mais alta proporção de DCM. O que nos permite estabelecer uma relação entre pobreza e DCM.

5.2. Distribuição de DCM por quintil de renda

Distribuímos os DCM por quintis de renda e os resultados foram os seguintes: 1º ou quintil mais pobre, 36.4% dos DCM; 2º, 27.6%; 3º, 14.8%; 4º, 11.8%; e o 5º ou mais rico, 9.4% dos DCM. Assim, pode-se ver que havia uma forte concentração de DCM no quintil de rendimento mais baixo ou mais pobre.

Na Tabela abaixo, apresentamos a proporção de DCM e a respectiva renda média *per capita* para cada quintil.

Tabela 2
Distribuição de DCM por quintil e a renda média *per capita* em Reais

Quintil	Distribuição de DCM	Renda per capita (R\$)
mais pobre	36.4	23,30
2º	27.6	86,00
3º	14.8	162,60
4º	11.8	302,50
mais rico	9.4	1045,60

Fonte: Censo 2000

De acordo com a Tabela acima, quase 40% dos DCM têm uma renda média *per capita* de R\$ 23,30 enquanto a renda média *per capita* dos 10% DCM mais ricos era R\$1.045,60. Assim, a renda dos mais ricos é 45 vezes mais alta do que aquela dos mais pobres. Como pode ser visto, há um forte desequilíbrio de renda entre as mulheres estudadas. Este resultado indica a relevância de comparar os DCM mais pobres com os mais ricos. Devemos ressaltar que este desequilíbrio reflete bem a desigualdade dentro a população brasileira. Assim, tomamos a decisão de comparar exclusivamente os 40% DCM mais pobres com os 10% DCM mais ricos.

6.3. Perfil sócio-demográfico das chefes dos DCM

Este perfil compreende os seguintes dados sobre as mulheres chefes: idade, raça, situação conjugal, escolaridade, ocupação e fontes de renda.

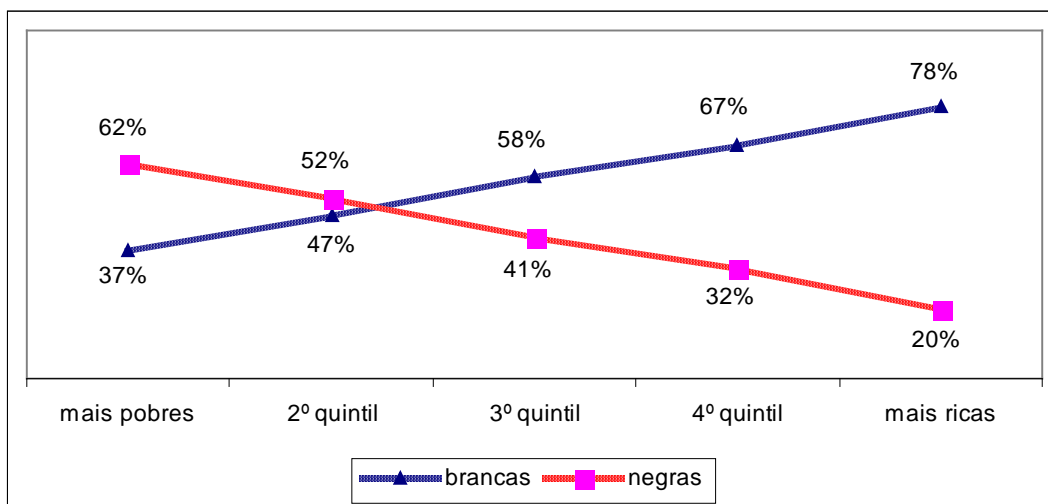
Gráfico 2
Idade média das mulheres chefes por situação conjugal



Fonte: Censo 2000

Como mostramos no Gráfico acima, a média de idade para as mais pobres é de 37 anos e para as mais ricas, 40. Para as casadas é, respectivamente, 38 e 39; para as divorciadas, 38 e 39; para as viúvas, 47 para ambas; somente para as solteiras há uma diferença maior: 34 e 39 anos. A diferença da média de idade entre as mais pobres e as mais ricas não é muito grande, mas indica uma tendência das mulheres pobres para criar seus filhos sozinhas mais cedo do que as mais ricas.

Gráfico 3
Proporção de mulheres chefes por raça



Fonte: Censo 2000

Como pode ser visto no Gráfico acima, há uma maior proporção de chefes negras entre as mais pobres: sua proporção (62%) é bem acima daquela para o Brasil –44.6%. Devemos ressaltar que à medida que aumenta a renda, diminui a proporção de mulheres chefes negras e aumenta a proporção de chefes brancas. A proporção de mulheres negras vai de 62% no quintil mais pobre para 20% no quintil mais rico. Contrariamente, a proporção de mulheres brancas vai de 37% no quintil mais pobre para 78% no mais rico.

Tabela 3
Escolaridade das mulheres chefes

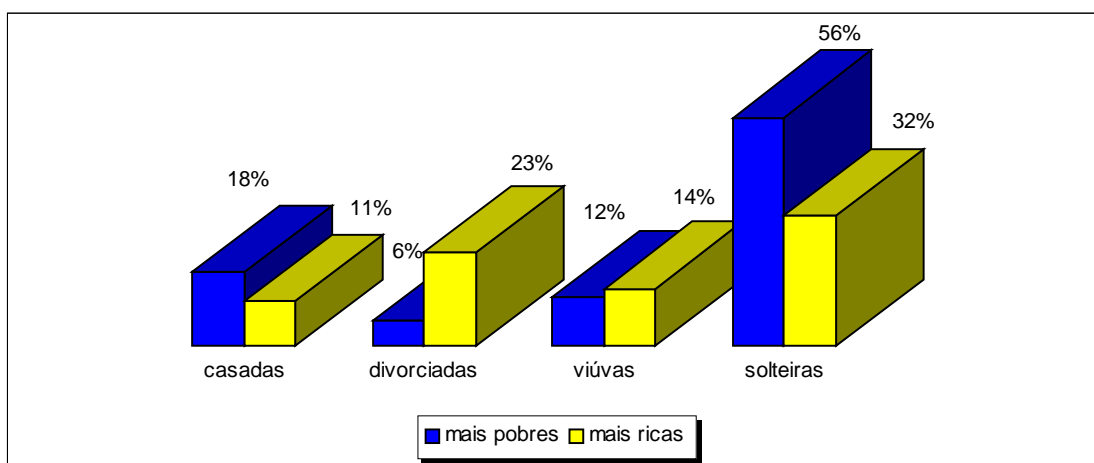
Anos de escolaridade	Mais pobres	Mais ricas	Mais pobres		Mais ricas	
			Brancas	Negras	Brancas	Negras
3 e menos	42.8	1.5	34.6	47.9	1.9	3.3
4 a 7	39	4.3	40.4	35.2	4.8	9.2
8 a 10	11	7.6	14.1	9.9	7.6	10.4
11 e mais	5.7	86.2	9.7	5.5	85.4	76.7

Fonte: Censo 2000

Uma outra característica também considerada foi a escolaridade. Na Tabela acima, é apresentada a escolaridade das chefes mais pobres e das mais ricas. Como se pode ver, há uma forte relação entre escolaridade e renda. Quase metade das mulheres mais pobres tem 3 anos de escolaridade ou menos. Por outro lado, 86.2% das mulheres mais ricas têm 11 ou mais anos de escolaridade.

Quando analisamos a escolaridade dessas mulheres de acordo com sua cor/raça, observamos que as brancas mais pobres concentravam-se no grupo 4 a 7 anos de escolaridade; as negras mais pobres concentravam-se no grupo 3 e menos de escolaridade. Ambas brancas e negras mais ricas concentravam-se no grupo de 11 anos ou mais de escolaridade. Esses resultados indicam que as mulheres negras têm menor probabilidade de freqüentar escola do que as brancas.

Gráfico 4
Situação conjugal das mulheres chefes

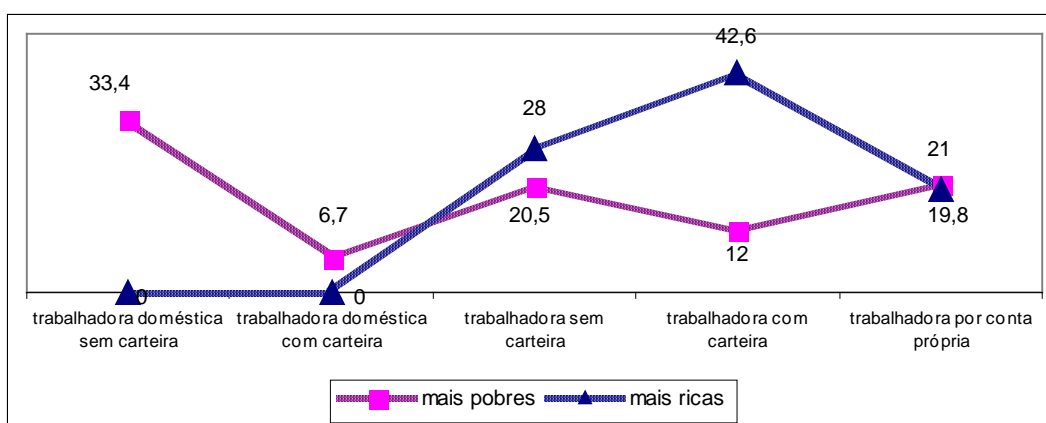


Fonte: Censo 2000

O Gráfico acima se refere à situação conjugal das chefes dos DCM, informação muito relevante para nossa pesquisa, haja vista que a feminização da pobreza é considerada como uma consequência de transformações na estrutura familiar. Os resultados encontrados mostram que mais da metade das chefes pobres eram mães-solteiras. Somente 6% delas eram divorciadas. No que diz respeito às chefes do quintil de maior rendimento, quase a

terça parte delas eram mães-solteiras. Considerando esses números, podemos dizer que mudanças na estrutura familiar podem afetar mulheres com baixa escolaridade e pouca qualificação, mas não necessariamente as mulheres com alta escolaridade e alto rendimento. Vale ressaltar que nem as chefes-pobres nem as de mais alta renda tinham como renda principal pensão alimentícia. (ver Tabela 4)

Gráfico 5
Ocupações das mulheres chefes



Fonte: Censo 2000

De acordo com o Gráfico acima, o trabalho doméstico era a maior ocupação para as chefes mais pobres. 40% delas eram trabalhadoras domésticas: 33.4% sem contrato e 6.7% com contrato. Além disso, mais da metade delas não tinham contrato de trabalho. Portanto, as características das ocupações dessas mulheres eram as seguintes: empregos informais de baixa remuneração. Por outro lado, quase metade das chefes de mais alta renda tinham contrato de trabalho. Assim, as características das ocupações dessas mulheres eram: empregos formais de alta remuneração.

Tabela 4
Fontes de renda das mulheres chefes

		Salários	Seguro social benefícios	Pensão alimentícia e doações	Programas de transferência	Sem renda
casadas	mais pobres	40.3	8.7	9.2	1.1	36.3
	mais ricas	74.5	9.5	10.8	0	0
divorciadas	mais pobres	40.1	10.4	10	0.9	34.8
	mais ricas	83	7.6	7.1	0	0
viúvas	mais pobres	18	55.3	2.3	0.5	21.6
	mais ricas	48.3	43.3	1.7	0	0
solteiras	mais pobres	38.8	9.2	9.1	1.2	37.9
	mais ricas	79.7	12.6	5	0	0

Fonte: Censo 2000

Nós examinamos as principais fontes de renda das mulheres de acordo com sua situação conjugal. As principais fontes identificadas foram: salários, seguro social e benefícios e pensão alimentícia e doações. De acordo com os dados apresentados na Tabela acima, mulheres chefes pobres casadas, divorciadas e solteiras bem como as de mais alta renda com a mesma situação conjugal tinham como principais fontes de renda seus salários.

No que diz respeito às viúvas, as principais fontes de renda para as pobres era seguro social e benefícios. Para as de mais alta renda, as principais fontes eram salários, embora outras fontes significativas fossem seguro social e benefícios. Pensão alimentícia e doações representavam aproximadamente 10% da renda das casadas sendo pobres ou de mais alta renda. Para as divorciadas havia diferença de 3% a mais para as pobres (10 para 7). Para as solteiras, esta diferença era quase a metade para a de mais alta renda – 5% e 9.1% para os pobres. O que chama a atenção é uma considerável porcentagem de mulheres chefes mais pobres que se auto-declararam ‘sem renda’. Quase 40% das mães-solteiras assim o fizeram, bem como 36.3% dos casadas, 34.8% dos divorciadas e 21.6% das viúvas. Nenhuma das chefes de mais alta renda se auto-declarou ‘sem renda’.

Neste estudo, identificamos as principais fontes de renda das mulheres chefes, que são: salários, seguro social e benefícios, pensão alimentícia e doações, e programas de transferência de renda. Infelizmente, o impacto deste último sobre a renda dos domicílios pobres não pôde ser inferida porque nossa fonte de dados data de 2000 e o programa de

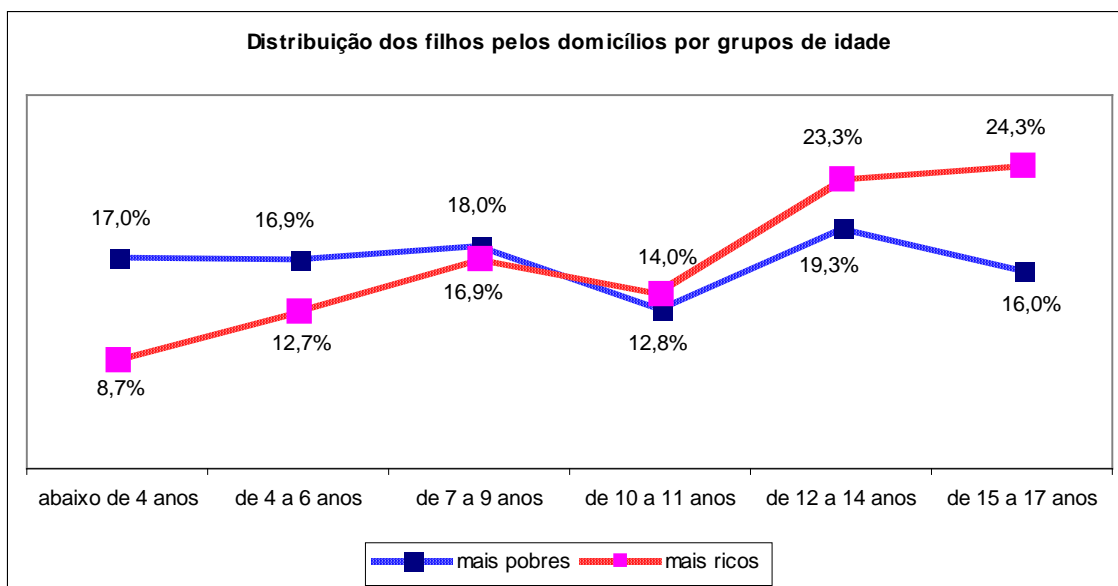
transferência de renda –o *Bolsa Família* foi lançado em 2004. Entretanto, se estes domicílios mantiverem seus níveis de renda, suas chefes serão potencialmente beneficiárias do *Bolsa Família*.

6.4. Dados sobre as crianças e adolescentes dos DCM

A amostra analisada compreende 1.861.120 crianças e adolescentes com idade entre 0-17 vivendo nos DCM mais pobres e 262.873 com idade entre 0-17 vivendo nos DCM mais ricos. Assim, 87.6% concentravam-se nos DCM mais pobres e 12.3% nos DCM mais ricos. O número médio de crianças e adolescentes por domicílio era 2,47 no quintil mais pobre, caindo para uma média de 1,35 no quintil mais rico.

No Gráfico abaixo, crianças e adolescentes foram distribuídos por idade de acordo com o quintil do domicílio.

Gráfico 6

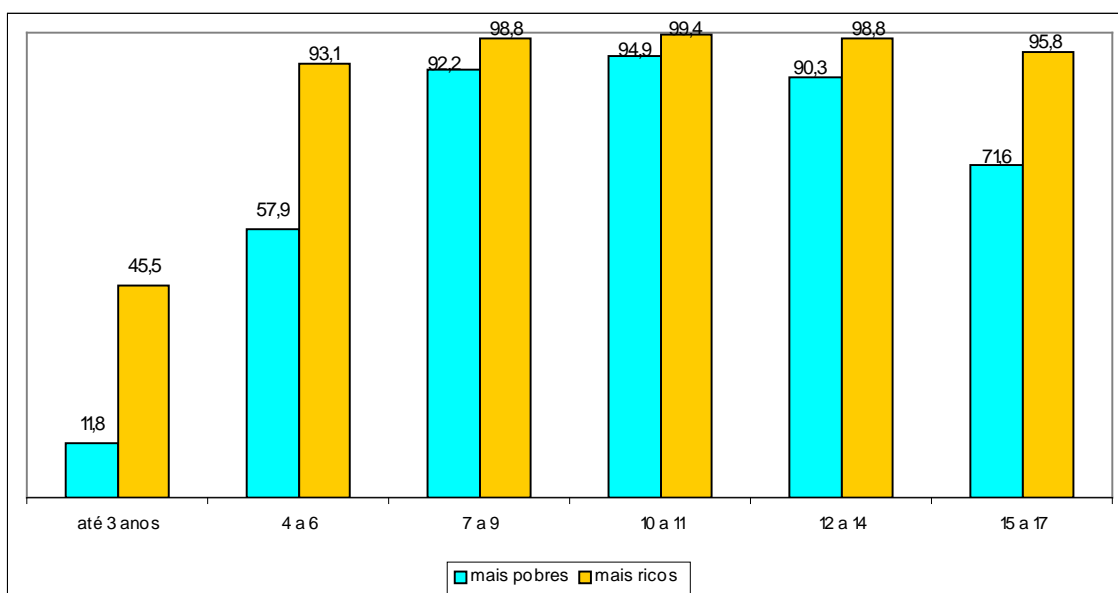


Fonte: Censo 2000

No quintil mais pobre, a proporção de crianças com menos de 4 anos de idade é o dobro da proporção de crianças nessa mesma faixa etária no quintil mais rico. Enquanto nos domicílios mais pobres 17% das crianças tinham menos de 4 anos de idade, nos mais ricos, esta proporção era 8,7%. Por outro lado, para os adolescentes entre 15 e 17 anos de idade, a proporção era maior nos mais ricos –24,3%, e nos mais pobres, 16%.

Percebe-se uma notável diferença entre a distribuição dos filhos dos DCM pobres e de mais alta renda de acordo com seus grupos de idade. Proporcionalmente, há mais crianças de 0 aos 9 anos de idade nos DCM mais pobres, e há mais crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade nos DCM mais ricos. Estes números indicam que os filhos dos DCM mais pobres deixam os domicílios de suas mães precocemente ou, pior, talvez tenham sido vítimas da violência urbana.

Gráfico 7
Proporção de crianças e adolescentes matriculados na escola



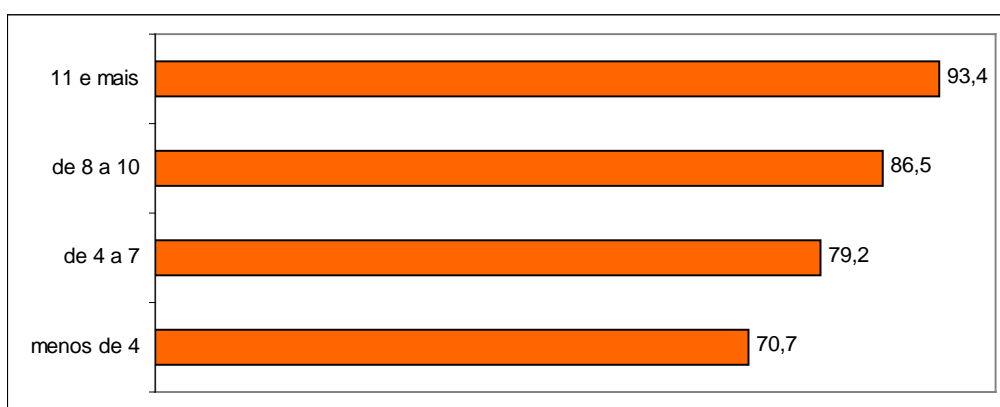
Fonte: Censo 2000

Ao compararmos a proporção de crianças e adolescentes matriculados em escola (ver Gráfico 7 acima), encontramos uma variação bastante significativa de acordo com a idade dos mesmos. Até os 3 anos de idade, há uma diferença de 34 pontos percentuais entre os que residem nos DCM de maior renda e aqueles dos DCM de menor renda. Essa diferença se acentua um pouco mais na faixa etária de 4 a 6 anos –36 pontos percentuais. Essa diferença cai acentuadamente para 6 pontos percentuais para aqueles de 7 a 9 anos de idade, aumenta um pouco para 8 pontos percentuais na faixa etária de 12 a 14 anos e volta a aumentar para os de 15 a 17 anos de idade, alcançando 24 pontos percentuais de diferença.

De acordo com esses dados, há dois períodos críticos para as crianças e adolescentes dos DCM mais pobres: um que atinge a fase da pré-escola, e outro que corresponde ao ensino médio. Educadores defendem que a frequência à pré-escola é um dos fatores determinantes para um bom desempenho futuro do estudante. E não ter ensino médio completo vai significar dificuldade em se inserir no mercado formal de trabalho.

Gráfico 8

Proporção de crianças e adolescentes matriculados na escola segundo os anos de escolaridade das chefes dos DCM



Fonte: Censo 2000

Analisamos também a relação entre escolaridade das chefes e o atendimento à escola dos adolescentes dos DCM e encontramos os seguintes resultados: 70,7% dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade cujas mães tinham menos de 4 anos de escolaridade estavam matriculadas na escola. Esta proporção aumenta à medida que aumentam os anos de escolaridade das mães. 79,2% dos adolescentes cuja escolaridade das mães era de 4 a 7 anos; 86,5% cujas mães tinham de 8 a 10 anos de escolaridade e 93,4% dos adolescentes cujas mães tinham 11 anos ou mais de escolaridade estavam matriculados na escola.

A transmissão intergeracional da pobreza é considerada como a reprodução do padrão de pobreza dos pais pelos seus filhos. Nos estudos sobre feminização da pobreza, ela é medida, geralmente, pela frequência à escola e pela participação no mercado de trabalho. Para nós, a transmissão intergeracional da pobreza significa a reprodução da desigualdade social na geração que se segue. Ela se reproduz, por exemplo, na manutenção

dos padrões de baixa escolaridade, que virão a comprometer a inserção dessa geração num mercado de trabalho decente.

Os dados que levantamos e analisamos sobre as crianças e adolescentes indicaram que existe de fato um processo de transmissão intergeracional de pobreza ou de reprodução do padrão de desigualdade, visto que 28,3% das crianças e adolescentes dos DCM mais pobres não freqüentavam escola; e pior, 17,04% não estavam matriculados na escola nem participavam da força de trabalho. Enquanto isso, nos DCM mais ricos, 4,2% não estavam matriculados na escola e 2,8% não estudavam nem participavam da força de trabalho. Nas Tabelas que se seguem, apresentamos dados sobre a freqüência à escola e participação no mercado de trabalho das crianças e adolescentes dos DCM, os quais utilizamos para examinar a reprodução da desigualdade social por eles experimentadas.

Tabela 5
Participação das crianças e adolescentes de 10-14 anos de idade na escola e na força de trabalho

	Mais pobres	Mais ricos
estudante	86	97,3
estudante e trabalhador	6,2	1,7
trabalhador	1,3	0,1
nem estudante nem trabalhador	6,5	0,9

Fonte: Censo 2000

Na Tabela acima aparece a proporção de crianças e adolescentes dos DCM de 10 a 14 anos de idade nas seguintes condições: (a) somente estudando, (b) estudando e trabalhando, (c) somente trabalhando, e (d) nem estudando nem trabalhando.

Antes de analisar esses dados vale lembrar que nossa amostra de crianças e adolescentes com 10 a 14 anos de idade compreende 596.743 indivíduos pertencendo aos DCM mais pobres e 98.181 indivíduos pertencendo aos DCM mais ricos. Enquanto quase cem por cento dos mais ricos estavam matriculados na escola, 86% dos mais pobres o estavam. Enquanto menos de 2% dos mais ricos estavam estudando e trabalhando, mais de 6% dos pobres estavam estudando e trabalhando.

Somente 103 filhos dos DCM mais ricos estavam trabalhando enquanto 8.004 filhos dos DCM mais pobres estavam trabalhando. Enquanto 865 filhos dos DCM mais ricos não estavam trabalhando nem estudando, 38.823 filhos dos DCM mais pobres não estavam trabalhando nem estudando.

Considerando esses números, podemos dizer que os filhos dos DCM mais pobres estavam em pior condição do que aqueles dos DCM mais ricos. Além disso, seu número é muito mais alto: a cada filho dos DCM mais ricos corresponde 6 filhos dos DCM mais pobres.

Tabela 6
Participação dos adolescentes de 15-17 anos de idade na escola e na força de trabalho

	Mais pobres	Mais ricos
estudante	52,9	85,1
estudante e trabalhador	18,8	10,7
trabalhador	11,3	1,4
nem estudante nem trabalhador	17	2,9

Fonte: Censo 2000

Na Tabela acima, aparece a proporção de filhos dos DCM de 15 a 17 anos de idade que estavam somente estudando, estudando e trabalhando, somente trabalhando, ou nem estudando nem trabalhando. Nossa amostra de adolescentes com 15 a 17 anos de idade compreende 298.587 pertencendo aos DCM mais pobres e 63.903 pertencendo àqueles mais ricos. Para este grupo de idade, um pouco mais da metade dos adolescentes dos DCM mais pobres estava freqüentando escola e 85% dos mais ricos o estavam. Mais de 10% dos mais pobres estavam trabalhando enquanto 1,4% dos mais ricos o estavam. Considerando os adolescentes que não estavam nem trabalhando nem estudando, 17% dos mais pobres ou, em números absolutos, 50.884 filhos e 2,9% dos mais ricos ou 1.830 filhos estavam nessa situação. Para cada filho dos DCM mais ricos nesta condição, havia, praticamente, 28

dos DCM mais pobres, embora existisse 1 filho nos DCM mais ricos para cada 5 filhos nos DCM mais pobres da amostra.

6. Comentários finais

Para finalizar, apresentamos, esquematicamente, afirmações que podemos fazer a partir dos dados analisados:

- Há uma concentração de DCM nos quintis de rendimento inferiores.
- Comparando a proporção de DCM e a posição no IDH por estado brasileiro, verificamos que quanto menor a proporção de DCM no estado, melhor a sua posição no IDH.
- Quase 40% dos DCM mais pobres têm uma renda média *per capita* de R\$ 23,30 enquanto a renda média *per capita* dos 10% DCM mais ricos era R\$1.045,60. A renda dos mais ricos era 45 vezes mais alta do que aquela dos mais pobres.
- Prova da desigualdade racial é que à medida que aumenta a renda, diminui a proporção de mulheres chefes negras e aumenta a proporção de chefes brancas.
- Há uma forte relação entre escolaridade e renda. Quase metade das mulheres mais pobres tem 3 anos de escolaridade ou menos. Por outro lado, 86.2% das mulheres mais ricas têm 11 ou mais anos de escolaridade.
- Vale ressaltar que nem as chefes-pobres nem as de mais alta renda tinham como renda principal pensão alimentícia, mas sim a renda do seu próprio trabalho.
- A maior parte das chefes dos DCM tinham empregos informais de baixa remuneração. Por outro lado, quase metade das chefes de mais alta renda tinham empregos formais de alta remuneração.
- Há um desequilíbrio na distribuição dos filhos dos DCM pobres e de mais alta renda de acordo com seus grupos de idade. Proporcionalmente, há mais crianças de 0 aos 9 anos de idade nos DCM mais pobres, e há mais crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade nos DCM mais ricos. Estes números indicam que os filhos dos DCM mais pobres deixam os domicílios de suas mães precocemente ou, pior, talvez tenham sido vítimas da violência urbana.
- Há dois períodos críticos (no que tange à reprodução da desigualdade) para as crianças e adolescentes dos DCM mais pobres: um que atinge a fase da pré-escola, e outro que corresponde ao ensino médio. Educadores defendem que a frequência à pré-escola é um dos fatores determinantes para um bom desempenho futuro do estudante. E não ter ensino

médio completo vai significar dificuldade em se inserir no mercado formal de trabalho. A desigualdade no acesso à escola evidencia-se pela diferença de 36 pontos percentuais na fase da pré-escola entre as crianças dos DCM mais pobres e mais ricos e de 24 pontos percentuais na fase do ensino médio entre os adolescentes dos DCM mais pobres e mais ricos.

- A transmissão intergeracional da pobreza significa a reprodução da desigualdade social na geração que se segue. Ela se reproduz, por exemplo, na manutenção dos padrões de baixa escolaridade, que virão a comprometer a inserção dessa geração num mercado de trabalho decente.
- Quanto maior a escolaridade da chefe do DCM maior a probabilidade das crianças e adolescentes estarem freqüentando escola.
- Considerando os adolescentes de 15 a 17 anos de idade que não estavam nem trabalhando nem estudando, 17% dos mais pobres ou, em números absolutos, 50.884 filhos e 2,9% dos mais ricos ou 1.830 filhos estavam nessa situação. Para cada filho dos DCM mais ricos nesta condição, havia, praticamente, 28 dos DCM mais pobres, embora existisse 1 filho nos DCM mais ricos para cada 5 filhos nos DCM mais pobres da amostra.
- Os DCM não se tornaram mais pobres a partir da ausência do ‘homem provedor’, conseqüência de mudanças na estrutura familiar. Eles eram, se mantiveram e continuarão pobres por uma desigualdade estrutural da sociedade brasileira. Essa desigualdade está sendo reproduzida entre as crianças e adolescentes que residem nesses domicílios.

Referências

Barros,Ricardo;Fox,Louise;Mendonça,Rosane.Female-headed households, poverty, and the welfare of children in urban Brazil. *Economic Development and Cultural Change*,v.45,n.2, p.231-257, 1997

Bianchi,Suzanne M. Feminization and juvenization of poverty: trends, relative risks, causes, and consequences. *Annual Review of Sociology*,n. 25, p.307-333, 1999

Buvinic,Mayra;Gupta,Geeta Rao.Female-headed households and female-maintained families:are they worth targeting to reduce poverty in developing countries? *Economic Development and Cultural Change*,v.45,n.2,p.259-280, 1997

Casper,L. M. et al. The gender-poverty gap: what we can learn from other countries. *American Sociological Review*, n. 59, p. 594-605, 1994 apud McLanahan,Sara S.;

Kelly, Erin L. The feminization of poverty: past and future. In: *Handbook of the sociology of gender*. New York: Klumer p. 127-145, 1999.

Garfinkel, Irwin; McLanahan, Sara S. *Single mothers and their children: a new American dilemma*. Washington: The Urban Institute Press, 1986.

Herring, Cedric et al. Feminization of poverty or pauperization of women? :clarifying the sources of change in the impoverishment of women and their families. *National Journal of Sociology*, v.7, n.1, p.43-65, 1993

Kessler-Harris, Alice (2003). In pursuit of economic citizenship. *Social Politics*, v.10, n.2, p. 157-175

Lewis, Jane (2003). Economic citizenship: a comment. *Social Politics*, v.10, n.2, p. 176-185

McLanahan, Sara S.; Kelly, Erin L. The feminization of poverty: past and future. In: *Handbook of the sociology of gender*. New York: Klumer p. 127-145, 1999

Novellino, Maria Salet Ferreira. *Feminização da pobreza no Rio de Janeiro, Brasil (1992-1999)*. In: XIII Encontro da ABEP, 2002.

Pearce, Diane. The feminization of poverty: women, work and welfare. *Urban and Social Change Review*. p.28-36, Feb. 1978

Quisumbing, Agnes R.; Haddad, Lawrence; Peña, Christine. *Gender and poverty: new evidence from 10 developing countries*. Washington, DC: IFPRI, 1995.

Rogers, Beatrice Lorge. Alternative definitions of female headship in the Dominican Republic. *World Development*, v.23, n.12, p.2033-2039, 1995

Stallard, Karin et al. Poverty in the American dream: women and children first. Boston: South End apud Gimenez, Martha (1999). The feminization of poverty: myth or reality. *Critical Sociology*, n.2/3, p. 336-351, 1983

United Nations. *Improving concepts and methods for statistics and indicators on the situation of women*. New York, 1984.